

**LEONARDO GRECO**

Professor titular aposentado de Direito Processual Civil da Faculdade Nacional  
de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Advogado no Rio de Janeiro.

# INSTITUIÇÕES DE PROCESSO CIVIL

Introdução ao Direito Processual Civil

**Volume I**

5ª edição

Revista, atualizada e ampliada



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa  
*Copyright © 2015 by*

▪ **EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ  
Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896  
forense@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- 1ª edição – 2009 / 5ª edição 2015

- CIP – Brasil. Catalogação na fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

Greco, Leonardo

Instituições de processo civil, volume I / Leonardo Greco. 5ª ed. – Rio de Janeiro : Forense, 2015.

Inclui Bibliografia

ISBN 978-85-309-6374-3

1. Processo civil - Brasil. 2. Direito processual - Brasil. I. Título.

09-0911.

CDU: 347.91/95(81)

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

Nota à 5.ª edição .....	XIII
Apresentação à 1ª edição .....	XV
Capítulo I – Paradigmas da Justiça Contemporânea e Acesso à Justiça .....	1
1.1. Distinção entre os sistemas da <i>civil law</i> e da <i>common law</i> .....	1
1.2. Outras características dos dois modelos .....	4
1.3. Acesso ao direito e à justiça .....	9
1.3.1. Pressupostos do acesso ao direito .....	10
1.3.2. O acesso à justiça .....	15
1.3.3. Conteúdo do acesso à justiça .....	17
1.3.4. Meios alternativos de solução de conflitos .....	20
Capítulo II – O Direito Processual e as suas Fontes .....	25
2.1. Conceito e espécies .....	25
2.2. Fontes do Direito Processual .....	27
2.2.1. Constituição .....	27
2.2.2. Tratados internacionais .....	31
2.2.3. Lei complementar .....	33
2.2.4. Lei ordinária .....	34
2.2.5. Leis de organização judiciária, resoluções e regimentos internos dos tribunais ....	36
2.2.6. Fontes complementares .....	39
2.2.7. Jurisprudência .....	42
2.2.8. Equidade .....	52
2.2.9. Convenções processuais .....	58
2.3. Lei processual no espaço .....	64
2.4. Lei processual no tempo .....	67
Capítulo III – Jurisdição .....	69
3.1. Conceito .....	69
3.2. Ato jurisdicional x ato legislativo .....	76
3.3. Ato jurisdicional x ato administrativo .....	78
3.4. Classificação .....	84
3.4.1. Jurisdição de conhecimento, de execução e cautelar .....	86
3.5. Jurisdição contenciosa e voluntária: distinções .....	88
3.5.1. Jurisdição voluntária: conceito .....	93
3.5.2. Natureza jurídica .....	94
3.6. Classificação da jurisdição quanto à natureza do interesse .....	98

**VI** Instituições de Processo Civil • Introdução ao Direito Processual Civil – *Leonardo Greco*

Capítulo IV – Poderes Inerentes à Jurisdição .....	105
4.1. Poder de decisão .....	105
4.2. Poder de coerção .....	107
4.3. Poder de documentação .....	108
4.3.1. Fé pública .....	108
4.3.2. Documentação eletrônica .....	109
4.4. Poder de conciliação .....	110
4.5. Poder de impulso .....	111
4.6. Considerações finais .....	112
Capítulo V – Princípios Informativos da Jurisdição .....	113
5.1. Princípio da investidura .....	113
5.2. Princípio da indelegabilidade .....	114
5.2.1. Cooperação jurídica internacional, carta rogatória e auxílio direto .....	115
5.2.2. Carta precatória .....	117
5.2.3. Carta de ordem .....	118
5.2.4. Outra exceção .....	119
5.3. Princípio da aderência da jurisdição ao território .....	119
5.4. Princípio da inércia da jurisdição .....	120
5.5. Princípio da indeclinabilidade da jurisdição .....	121
5.6. Princípio da unidade da jurisdição .....	121
Capítulo VI – Competência .....	123
6.1. Conceito .....	123
6.2. Finalidades .....	123
6.3. Competência internacional e competência interna .....	125
6.3.1. Competência internacional .....	125
6.3.1.1. Competência internacional concorrente .....	126
6.3.1.2. Competência internacional exclusiva .....	128
6.3.2. Competência interna .....	129
6.3.2.1. Critério objetivo .....	129
6.3.2.2. Critério funcional .....	132
6.3.2.3. Critério territorial .....	134
6.4. Competência absoluta e a reassunção do processo .....	135
6.5. Regras relativas à competência territorial .....	140
6.5.1. Regras especiais de competência territorial .....	142
6.5.1.1. Foro de eleição .....	142
6.5.1.2. Foro de situação do imóvel .....	144
6.5.1.3. Foro do último domicílio do autor da herança .....	146
6.5.1.4. Foro do domicílio ou da residência do alimentando .....	147
6.5.1.5. Foro do cumprimento da obrigação .....	148
6.5.1.6. Foro das ações de reparação do dano decorrente de ato ilícito .....	148
6.5.1.7. Foro das ações intentadas contra a pessoa jurídica .....	149
6.5.1.8. Foro da residência da mulher .....	149
6.5.2. Outras regras especiais .....	150

6.5.3. Concorrência entre regras especiais. ....	152
6.5.4. Competência da Justiça Federal. ....	153
6.5.5. Ação de consignação em pagamento. ....	156
6.5.6. Execução da sentença arbitral e da sentença estrangeira. ....	156
6.5.7. Execução fiscal. ....	156
6.5.8. Falência e insolvência. ....	156
6.5.9. Ação de cobrança de duplicata. ....	157
6.5.10. Ação popular. ....	157
6.5.11. Usucapião especial <i>pro labore</i> . ....	157
6.5.12. Jurisdição voluntária. ....	157
6.5.13. Causas do Estado-membro e do Distrito Federal. ....	158
6.6. Meios de arguição da incompetência. ....	158
6.7. Conflito de competência. ....	159
 Capítulo VII – Institutos Correlacionados à Competência. ....	 161
7.1. Perpetuação da competência. ....	161
7.1.1. Exceções à perpetuação da competência. ....	162
7.1.1.1. Supressão do órgão judiciário. ....	162
7.1.1.2. Alteração da competência absoluta. ....	163
7.1.2. Desmembramento do processo e perpetuação da competência. ....	164
7.2. Prevenção. ....	166
7.3. Conexão. ....	168
7.4. Continência. ....	172
7.5. Prorrogação da competência. ....	173
7.5.1. Causas ou ações acessórias. ....	173
7.5.2. Causas ou ações incidentes. ....	174
7.5.3. Causas ou ações consequentes. ....	176
7.5.4. Distribuição por dependência. ....	177
7.5.5. Natureza das regras sobre prorrogação da competência. ....	178
 Capítulo VIII – Ação. ....	 181
8.1. Considerações iniciais. ....	181
8.2. Ação como direito cívico. ....	183
8.3. Ação de direito material. ....	183
8.4. Ação como direito ao processo justo. ....	183
8.5. Ação como demanda. ....	184
8.5.1. Partes. ....	185
8.5.2. Pedido. ....	185
8.5.3. Causa de pedir. ....	189
8.5.3.1. O <i>jura novit curia</i> . ....	191
8.5.3.2. Os fatos e o direito identificadores da demanda. ....	192
8.5.3.3. A identidade da ação e o efeito preclusivo da coisa julgada. ....	195
8.6. Ação como direito à jurisdição. ....	196
8.7. Cumulação de ações. ....	198
8.8. Classificação das ações. ....	200

Capítulo IX – Teorias da Ação e Condições da Ação .....	205
9.1. As teorias sobre a natureza da ação .....	205
9.2. O trinômio das questões do processo .....	207
9.3. Condições da ação .....	213
9.3.1. Possibilidade jurídica do pedido .....	214
9.3.2. Interesse de agir .....	216
9.3.3. Legitimidade .....	218
9.3.4. Exaustividade das três condições .....	220
9.4. A teoria da asserção .....	222
Capítulo X – Processo .....	229
10.1. Conceito .....	229
10.2. Natureza jurídica .....	230
10.3. Relação jurídica processual: direitos, deveres, ônus e poderes .....	232
10.4. Processo e procedimento .....	235
Capítulo XI – Sujeitos do Processo .....	239
11.1. O juiz .....	239
11.1.1. Deveres e responsabilidade do juiz .....	239
11.2. Sujeitos parciais .....	244
11.2.1. Deveres, ônus e responsabilidades das partes .....	245
11.3. Sujeitos auxiliares .....	248
11.3.1. Conciliadores e mediadores judiciais .....	251
11.4. Sujeitos probatórios .....	253
11.5. Outros sujeitos postulantes .....	255
11.5.1. Terceiros intervenientes .....	255
11.5.2. Ministério Público .....	256
11.5.3. O advogado .....	261
Capítulo XII – Atos Processuais .....	265
12.1. A teoria dos atos processuais e a teoria geral dos atos jurídicos .....	265
12.1.1. Características dos atos processuais .....	266
12.2. Classificação dos atos processuais .....	268
12.2.1. Atos do juiz .....	268
12.2.1.1. Atos decisórios .....	268
12.2.1.2. Atos de movimentação .....	272
12.2.1.3. Atos instrutórios .....	275
12.2.1.4. Atos de coação .....	276
12.2.1.5. Atos de documentação .....	276
12.2.2. Atos das partes .....	277
12.2.2.1. Atos postulatórios .....	277
12.2.2.2. Atos dispositivos .....	277
12.2.2.3. Atos instrutórios .....	282
12.2.2.4. Atos reais .....	282

12.2.3. Atos dos auxiliares da justiça .....	283
12.2.3.1. Atos de movimentação .....	283
12.2.3.2. Atos de execução ou de coerção. ....	283
12.2.3.3. Atos de documentação .....	284
12.2.4. Atos dos outros sujeitos processuais .....	284
Capítulo XIII – Atos de Comunicação Processual .....	287
13.1. Citação. ....	287
13.1.1. Citação pessoal por mandado. ....	288
13.1.2. Citação pessoal pelo correio .....	291
13.1.3. Citação com hora certa .....	292
13.1.4. Citação por edital. ....	293
13.1.5. Citação por meio eletrônico .....	298
13.1.6. Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria .....	300
13.2. A nulidade da citação e o comparecimento espontâneo do réu .....	301
13.3. Efeitos da citação .....	301
13.4. Intimação .....	305
13.4.1. Intimação pessoal .....	306
13.4.2. Intimação pelo correio. ....	309
13.4.3. Intimação pela publicação de aviso no Diário da Justiça .....	311
13.4.4. Intimação por meio eletrônico. ....	314
13.5. Subsidiariedade recíproca entre as normas que disciplinam os atos de comunicação processual. ....	316
Capítulo XIV – Pressupostos Processuais. ....	317
14.1. Pressupostos processuais subjetivos relativos ao juiz .....	320
14.1.1. Jurisdição .....	320
14.1.2. Competência .....	322
14.1.3. Imparcialidade .....	322
14.1.3.1. Impedimentos. ....	323
14.1.3.2. Motivos de suspeição. ....	327
14.1.3.3. Aspectos gerais sobre os impedimentos e os motivos de suspeição ..	329
14.2. Pressupostos subjetivos relativos às partes. ....	330
14.2.1. Capacidade de ser parte. ....	330
14.2.2. Capacidade de estar em juízo .....	331
14.2.3. Capacidade postulatória .....	333
14.3. Pressupostos processuais objetivos .....	337
14.3.1. Inexistência de fatos impeditivos. ....	337
14.3.2. Subordinação do procedimento às normas legais .....	338
Capítulo XV – Lugar e Tempo dos Atos Processuais .....	339
15.1. Lugar dos atos processuais .....	339
15.2. Tempo dos atos processuais .....	341
15.2.1. Atos urgentes. ....	347

**X** Instituições de Processo Civil • Introdução ao Direito Processual Civil – *Leonardo Greco*

15.3. Prazos processuais .....	349
15.3.1. Classificação dos prazos processuais .....	349
15.3.2. Princípios informativos da teoria dos prazos .....	352
15.3.3. Contagem dos prazos .....	362
15.3.4. Suspensão e interrupção dos prazos .....	368
15.3.5. Os prazos no processo eletrônico .....	369
Capítulo XVI – Defeitos dos Atos Processuais .....	371
16.1. A teoria dos defeitos dos atos processuais e suas dificuldades .....	371
16.2. Espécies de defeitos dos atos processuais .....	373
16.2.1. Inexistência .....	375
16.2.2. Nulidade e anulabilidade .....	379
16.2.3. Nulidade absoluta .....	381
16.2.4. Nulidade relativa .....	385
16.2.5. Anulabilidade .....	387
16.2.6. Irregularidade .....	387
16.2.7. Erro material .....	389
16.2.8. Ineficácia .....	390
16.3. Princípios informativos da teoria dos defeitos dos atos processuais .....	391
Capítulo XVII – Processo e Procedimento .....	395
17.1. Distinções .....	395
17.2. A disciplina dos procedimentos no Código de Processo Civil e suas espécies .....	399
17.2.1. Procedimento comum ordinário do Código de 1973 .....	404
17.2.2. Procedimento comum sumário do Código de 1973 .....	408
17.2.3. Procedimento comum do Código de 2015 .....	410
Capítulo XVIII – Despesas Processuais .....	415
18.1. Sistemas de custeio .....	415
18.1.1. Momento de recolhimento das despesas .....	418
18.1.2. Responsabilidade provisória e definitiva .....	419
18.2. Espécies de despesas processuais .....	421
18.2.1. Custas em sentido estrito e taxa judiciária .....	421
18.2.2. Emolumentos .....	422
18.2.3. Ressarcimento de despesas com a utilização de serviços estranhos ao Poder Judiciário .....	423
18.2.4. Remuneração de sujeitos auxiliares e secundários do processo .....	423
18.2.5. Multas .....	424
18.2.6. Honorários da sucumbência .....	425
18.2.6.1. Honorários da sucumbência no Código de 1973 .....	426
18.2.6.2. A sucumbência no Código de 2015 .....	427
18.2.7. Outras regras relevantes sobre as despesas .....	430
Capítulo XIX – Assistência Judiciária .....	433
19.1. Sistemas de assistência judiciária .....	434
19.2. Assistência judiciária e assistência jurídica .....	436



19.3. Conteúdo da assistência jurídica .....	437
19.4. O beneficiário .....	438
19.5. Requisito para a concessão da gratuidade .....	440
19.6. A escolha do advogado .....	441
19.7. Outros aspectos legais da assistência judiciária .....	442
19.8. Questões em aberto .....	443
 Capítulo XX – Processo Cumulativo .....	447
20.1. Classificação do processo cumulativo .....	449
20.2. Características da cumulação de ações .....	451
20.3. Espécies de cumulação objetiva .....	456
20.3.1. Concurso de ações .....	458
20.4. Cumulação subjetiva: o litisconsórcio .....	460
20.4.1. Litisconsórcio necessário .....	460
20.4.1.1. Litisconsórcio multitudinário .....	463
20.4.2. Litisconsórcio facultativo .....	466
20.4.3. O novo artigo 115 do Código de 2015 .....	470
20.4.4. Princípio da autonomia dos litisconsortes .....	471
 Capítulo XXI – Intervenção de Terceiros .....	473
21.1. Assistência .....	476
21.2. Oposição .....	480
21.3. Nomeação à autoria .....	483
21.3.1. A solução do Código de 2015 .....	486
21.4. Denúnciação da lide .....	487
21.5. Chamamento ao processo .....	492
21.6. Recurso de terceiro prejudicado .....	494
21.7. Embargos de terceiro .....	495
21.8. Execução coletiva .....	499
21.9. Intervenção litisconsorcial .....	502
21.10. Outros tipos de intervenção de terceiros .....	503
21.10.1. A desconsideração da personalidade jurídica .....	503
21.10.2. <i>Amicus curiae</i> .....	505
21.10.3. Outras disposições referentes à intervenção de terceiros .....	509
 Capítulo XXII – Princípios Gerais do Processo Civil .....	511
22.1. Princípio da iniciativa das partes .....	511
22.2. Princípio do contraditório .....	513
22.3. Princípio dispositivo .....	518
22.4. Princípio da livre convicção .....	523
22.5. Princípio da publicidade .....	526
22.6. Princípio do impulso processual oficial .....	529
22.7. Princípio da lealdade processual .....	532
22.8. Princípio da oralidade .....	535
 Bibliografia .....	541